

ULP LR

ULP LAW REVIEW
REVISTA DE DIREITO DA ULP



BI-ANUAL | BI-ANNUAL

SPECIAL ISSUE 01 | 2022



SPECIAL
EDITION

RESEARCH OUTPUTS

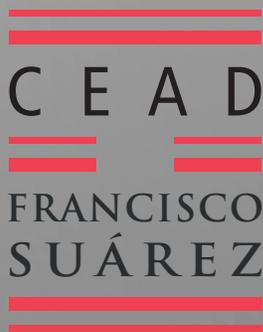
A EMPRESA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO POLICÊNTRICA: À LUZ DOS DIREITOS DO AMBIENTE, DA CONCORRÊNCIA, REGULAÇÃO, EUROPEU, FISCAL E SANCIONATÓRIO

PAGE 4

ARTICLES

LÍGIA CARVALHO ABREU - ACORDOS AMBIENTAIS ENTRE EMPRESAS, RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E CONCORRÊNCIA

PAGE 6



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO



ULPLR

ULP LAW REVIEW
REVISTA DE DIREITO DA ULP

DIREÇÃO

Inês Fernandes Godinho
Nuno Castro Marques
Fábio Veiga

CONSELHO EDITORIAL

Fábio Davila (Brasil)
Felix Steffek (R.U.)
Fernando Carbajo Cascón (Espanha)
Joachim Renzikowski (Alemanha)
João Pateira Ferreira (Portugal)
João Sousa Assis – (Portugal)
José Manuel Aroso Linhares (Portugal)
Kanpirom Kamalarajun (Tailândia)
Laura Mayer Lux (Chile)
Manuel Cabugueira (Portugal)
Maria Natália Gonçalves (Portugal)
Mateusz Klinowski (Polónia)
Nuria Pastor (Espanha)
Paulo Sousa Pinheiro (Portugal)
Sérgio Seminara (Italia)
Urs Kindhäuser (Alemanha)

CONSELHO DE REDAÇÃO

António Cândido de Oliveira
Rui de Albuquerque
Alexandra Vilela
Maria do Rosário Anjos



Registo ERC n.º 127458

Periodicidade: semestral

Proprietário: Cofac-Cooperativa de Formação e Animação Cultural, crl

NIPC: 501679529

Sede: Av.º do Campo Grande, 376, 1700-097 Lisboa

Redação: Rua Augusto Rosa, 24, 4000-098 Porto

Estatuto Editorial disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rfdulp/about>

CONTENTS/ÍNDICE

Editorial	5
Lígia Carvalho Abreu Acordos ambientais entre empresas, responsabilidade social corporativa e concorrência	6
M. Nogueira Serens "Empresa Locais" e "Grupos de Sociedades": uma comparação	17
Maria de Fátima Cabrita Mendes Os desafios suscitados ao Direito da concorrência da União Europeia pelas grandes empresas tecnológicas, em especial os casos da apple e da amazon	28
Nuno Castro Marques Os Fundamentos políticos da concorrência: alinhando a defesa da concorrência com a constituição económica e o modelo económico-social português	42
Domingos Pereira de Sousa As Tributações autónomas e a dupla tributação das empresas. Breve reflexão sobre as incoerências do sistema fiscal português	59
António Gameiro A Soberania e a concorrência fiscal prejudicial na União Europeia	70
Maria do Rosário Anjos Concorrência fiscal, competitividade e coesão social na União Europeia	85
Alexandra Vilela Primeira reflexão sobre o novel Regime Jurídico das contra-ordenações económicas	104

LINHA DE INVESTIGAÇÃO DIREITO ALÉM-FRONTEIRAS

A Empresa como objeto de investigação policêntrica: à luz dos direitos do ambiente, da concorrência, regulação, europeu, fiscal e sancionatório

Research Output

Janeiro de 2022

EDITORIAL

A Revista de Direito da ULP/ULP Law Review, sendo uma revista académica que ambiciona contribuir para o avanço da ciência jurídica e enquanto publicação do Centro de Estudos Avançados em Direito Francisco Suárez (CEAD Francisco Suárez), procura, através deste número especial, conjugar os objectivos da Revista e do Centro, publicando um número especial dedicado a um projecto de investigação sobre a “Empresa como objeto de investigação policêntrica”, realizado pelos investigadores do CEAD Francisco Suárez integrados na Linha Direito Além-Fronteiras.

Dá-se assim, à estampa um número especial que, tendo como editor o Coordenador da Linha Direito Além-Fronteiras, dá a conhecer à comunidade jurídica os resultados da investigação realizada sob o tema agregador do projecto.

Espera-se, deste modo, que a Revista de Direito da ULP/ULP Law Review possa continuar a ser uma publicação de referência.

A Diretora da ULP Law Review

Inês Fernandes Godinho

APRESENTAÇÃO DO RESEARCH OUTPUT

É com um assumido orgulho que se publica o Research Output 2021 da linha de investigação Direito Além-Fronteiras do CEAD.

O Direito “além-fronteiras” agrega investigações que trabalham o elemento transnacional do direito, mas também as que recolhem os contributos das outras ciências para o Direito, e vice-versa. É, portanto, um campo vastíssimo, que permite acolher a interação do direito com outras ciências, bem como eleger um objeto de estudo e estudá-lo nas suas diferentes possíveis perspectivas ou análises. Foi esta última opção que os Investigadores da linha de investigação Direito Além-Fronteiras tomaram quando, em consenso, decidiram escolher a “Empresa” como tema do primeiro projeto de investigação colaborativa, do qual resultaram os estudos que ora se apresentam. Decidiram, outrossim, que elegeriam anualmente um tema ou “objeto” para colaboração e produção de um Research Output, que poderá apresentar variados formatos. Aqui se apresenta, portanto, o primeiro destes. A Empresa é, então, vista numa primeira dimensão ética e de responsabilidade social, discutindo-se a compatibilidade dos acordos ambientais entre empresas com as regras da concorrência e com a responsabilidade corporativa que se

impõe para uma melhor eficácia na resposta aos problemas ambientais globais. Nessa esteira, os próprios limites da qualificação jurídica da Empresa são abordados, em especial face à utilização de instrumentos societários em regime de “grupos de empresas”, mas, sobretudo, pela sua utilização para outros escopos por parte de entidades públicas locais que, conclui-se, se afastam da sua essência.

A discussão da posição da Empresa, em especial a dominante, nos mercados digitais, é também aqui trazida, porquanto incontornável no momento presente. E abre-se, também, a discussão sobre os próprios fundamentos do direito da concorrência, quando sujeita a Empresa a um quadro repressivo até agora nunca experienciado.

A Empresa é, depois, abordada enquanto sujeito fiscal, e desde logo sujeito de injustiça tributária por virtude de incongruências e contradições que põem em crise os princípios constitucionais da justiça fiscal e a ética nas relações entre o Estado e os contribuintes, mormente no campo dos pagamentos por conta e das tributações autónomas. Mas é também o sujeito que recebe as consequências negativas, no quadro tributário das empresas na União Europeia, da soberania fiscal no atual estado da concorrência fiscal prejudicial, e já numa perspectiva estrita da fiscalidade, seja até numa análise dos seus impactos em termos de concorrência, competitividade e coesão económica e social.

Por último, mas *last but not least*, a perspectiva sancionatória sobre a Empresa, que muito recentemente foi fortemente revista com a aprovação do novel Regime Jurídico das Contra ordenações Económicas.

O que ora se dá à estampa é o resultado, então, dessa agregação de diferentes abordagens e temas com direta relevância para a Empresa, num conjunto de estudos sob o mote da “Empresa como objeto de investigação policêntrica: à luz dos direitos do ambiente, da concorrência, regulação, europeu, fiscal e sancionatório”.

E a todos e a cada um dos Investigadores que integram a linha de investigação Direito Além-Fronteiras, uma palavra de profundo apreço, reconhecimento e gratidão. Torna-se muito menos difícil contribuir para a ciência quando se partilham interesses e motivações com tão sabedores Colegas.

O Coordenador da Linha de Investigação “Direito Além-Fronteiras”

Nuno Castro Marques